

O muro de defesa de Israel e seus críticos

Franklin Goldgrub

Menos civis israelenses morreram em conseqüência de ataques palestinos, em 2006, do que em qualquer outro ano desde que a intifada palestina começou em 2000. Os militantes palestinos mataram 23 israelenses e turistas estrangeiros em 2006, em comparação com o número máximo de 289 atingido em 2002, no auge da intifada. Mais significativo ainda, o número de ataques com homens-bomba suicidas em Israel foi quase reduzido a zero. No último ano apenas dois homens-bomba suicidas conseguiram infiltrar-se em Israel, matando 11 pessoas e ferindo outras 30. Em quase nove meses quase não houve qualquer ataque suicida a Israel, o período mais longo sem ataques desde 2000. (...) Uma portavoz das forças armadas israelenses disse que um dos fatores mais importantes desse êxito é a controversa barreira de separação construída por Israel, uma rede de 400 quilômetros que continua a crescer, feita de paredes de concreto, cercas de alta tecnologia e outros obstáculos, que se ergue em partes da Cisjordânia. *"A barreira de segurança foi feita para parar o terror e é isso que está fazendo"*, disse a capitã Noa Meir, uma portavoz das Forças Armadas de Defesa de Israel. (...) *"Os críticos reconhecem, a contragosto, que o muro é eficaz em evitar os ataques, mesmo quando se queixam que a sua trajetória deveria ter seguido a fronteira entre Israel e os territórios palestinos conhecida como "linha verde"* (...) A portavoz das Forças Armadas de Defesa de Israel disse que as operações militares israelenses que desarticularam os planos de ataque dos militantes da Cisjordânia também merecem crédito pela diminuição das baixas israelenses". Nissenbaum, Dion (10 de janeiro de 2007). "Taxa de mortes de civis israelenses assassinados por palestinos caem a seu nível mais baixo em 2006". *Washington Bureau*. McClatchy Newspapers (16-04- 2007).

"... há uma barreira de separação que é um obstáculo à resistência. Se ela não estivesse lá, a situação seria inteiramente diferente". (Declaração de Ramadan Abdallah Shalah, líder da Jihad Islâmica Palestina, ao Al--Manar, canal de TV do Hezbollah, em 11 de novembro de 2006).

"...por exemplo, eles construíram uma barreira de separação na Cisjordânia. Não negamos que isso limita a nossa capacidade de resistência, nossa capacidade de penetrar profundamente para levar a cabo ataques suicidas, mas a resistência não se rendeu nem se tornou impotente, e está buscando outras maneiras de cumprir os requisitos de cada estágio da luta". (Declaração feita ao jornal Al-Sharq, do Qatar, em 23 de maio de 2008, pelo mesmo Ramadan Abdallah Shalah, líder da Jihad Islâmica Palestina).

A diminuição, quase extinção, dos ataques terroristas levados a cabo por homens-bomba, já foi alcançada com a construção de metade da barreira, cuja extensão total prevista é de quase 800 quilômetros. As unidades do exército e da polícia de fronteira podem concentrar-se nas regiões onde a infiltração permanece possível, otimizando assim a defesa contra o terror.

Como acontece costumeiramente, as organizações terroristas são muito mais sinceras em suas declarações do que as Ongs e os jornalistas cuja posição anti-israelense antecede e impede qualquer exame isento do conflito. Os críticos ocidentais, que contestam o muro a partir de considerações apresentadas como humanistas, argumentam que a barreira afeta o cotidiano da população da Cisjordânia, separando-a da terra que cultiva e criando enclaves, ou seja, cidades e povoados totalmente cercados, entre os quais a circulação fica prejudicada ou mesmo impedida.

Entretanto, os sucessivos governos israelenses têm assinalado que a barreira, cuja parte de concreto é inferior a cinco por cento da extensão total, não é definitiva e pode ser facilmente removida, caso a Autoridade Palestina desmantele as milícias terroristas e impeça os ataques contra Israel perpetrados a partir do seu território.

A decisão de construir o muro decorreu da constatação de que essa possibilidade permanece remota. A oficialização da Autoridade Palestina coincidiu com a criação de uma infra-estrutura beligerante que entrou em funcionamento após o fracasso dos acordos de Oslo. Qualquer exame superficial do sistema educacional, da mídia e dos sermões proferidos por autoridades religiosas mostra que o ódio não só a Israel mas aos judeus é parte integrante do dia a dia da população árabe da Cisjordânia e de Gaza. Prepara-se dessa maneira o caldo de cultura responsável pelo recrutamento de terroristas. Conseqüentemente, o planejamento e a execução de ataques desferidos contra cidadãos israelenses - quer sejam judeus, árabes, circassianos, drusos, beduínos ou turistas estrangeiros - prossegue ininterruptamente.

A preocupação com o bem estar da população da Cisjordânia não se estende via de regra aos cidadãos israelenses. Os militantes das referidas Ongs, auto-denominadas pacifistas, bem como os jornalistas que por princípio criticam a existência do estado judeu, proferem diariamente suas acusações a qualquer medida de auto-defesa empregada por Israel, quer por meios militares quer através de bloqueios de estrada e/ou mediante a barreira anti-terrorista. Mais de mil pessoas foram assassinadas pelas milícias entre 2000 e 2003 e o número de feridos e mutilados é sete vezes maior. A mídia e as ONGs justificaram a carnificina, direta ou indiretamente, dando-lhe o nome de resistência, e concederam a seus autores o estatuto de combatentes, embora a grande maioria de suas vítimas seja constituída por civis desarmados. Esse partidarismo palpável retira qualquer credibilidade às respectivas alegações, que exemplificam notavelmente o uso do critério "dois pesos, duas medidas".

Para a mídia e as Ongs anti-israelenses a defesa dos interesses da população residente na Cisjordânia tornou-se uma prioridade absoluta, exatamente na mesma medida em que a vida e a integridade física dos cidadãos israelenses permanecem desprovidas de qualquer importância.

Inversamente, do lado israelense, todos os cuidados são tomados para preservar a população palestina. A Suprema Corte de Justiça de Israel tem examinado as petições feitas contra a barreira e em muitos casos ordenou a alteração de sua trajetória, sempre que a mudança não afetasse significativamente os requisitos de segurança. A barreira contém dezenas de aberturas para a circulação de pessoas e mercadorias. Em acréscimo, a sua existência não implica apenas em consequências negativas para a população local, porque tem prevenido incursões do exército israelense nas cidades e povoados da Cisjordânia e permitiu a diminuição de controles de estrada. Desse ponto de vista, o muro diminuiu os confrontos armados, favorecendo assim a possibilidade de estabelecer negociações, exatamente o oposto do que é afirmado pelos meios de comunicação e pelos militantes dos movimentos que se dizem pacifistas.

Todos esses aspectos são convenientemente ignorados pelos habituais demonizadores de Israel.

Os críticos mais moderados admitem que o muro é necessário mas lhe objetam a localização, ou seja, o fato de estar sendo construído em "território ocupado".

Essas alegações deixam de levar em consideração alguns aspectos fundamentais da questão.

O primeiro refere-se a que a soberania israelense sobre a Cisjordânia e Gaza deveu-se a uma guerra de defesa, inserida no conflito caracterizado por sucessivas e contínuas tentativas de destruição do país, iniciadas no exato momento em que foi criado. Efetivamente, a beligerância contra o estado judeu jamais cessou, alternando-se entre as formas complementares dos confrontos militares e das ações terroristas. O direito internacional e o senso comum coincidem em relação ao direito de defesa de qualquer nação que se encontre nessa situação. Na prática, porém, essa prerrogativa é negada somente a um estado: Israel.

Ao contrário do que acontece na região de Gaza, a Cisjordânia tem uma forte concentração demográfica. Entre as cidades e povoados palestinos e os centros urbanos israelenses mais próximos as distâncias podem ser cobertas em meia hora de caminhada. Nessas circunstâncias, qualquer muro de defesa ocupará terras dedicadas à agricultura, prejudicará a circulação de veículos e pessoas e não poderá deixar de afetar, em algum grau, atividades econômicas. A atitude dos sucessivos governos israelenses, quer de centro direita ou centro esquerda, é guiada pela diretriz de reduzir os danos. Nesse sentido, a barreira

foi planejada com passagens para permitir a circulação de pessoas e mercadorias, assim como foram transplantados pomares afetados pelo muro e construídos túneis para atenuar os impedimentos à circulação entre cidades e povoados palestinos.

Visto que se trata de uma barreira de defesa contra ataques terroristas e não da demarcação de uma fronteira, processo que será objeto de negociações, o local escolhido para o muro obedece a critérios de segurança e não políticos. Sempre que possível, são levados em conta os interesses da população residente, mas, evidentemente, trata-se de uma preocupação subordinada à questão da segurança. O governo israelense evitou ao máximo a utilização de terras de propriedade particular e, quando não foi possível escolher outro rumo, fez acordo com os proprietários, pagando aluguel pelo uso da terra, que não foi confiscada.

Finalmente, o estatuto legal da Cisjordânia, desde 1949, quando foi celebrado o armistício, é o de território em disputa. A respectiva soberania deverá ser decidida em negociações sem condições prévias. A resolução número 242 da ONU, redigida na sequência ao cessar fogo em 1967, estipula que Israel deverá retirar-se **de** territórios ocupados e não **dos** territórios ocupados, no âmbito de um acordo de paz com todas as garantias de praxe, entre as quais, obviamente, a principal é a da renúncia à violência.

Ainda que o muro de defesa israelense fosse o único do mundo, a sua construção estaria mais do que justificada. Entretanto, ele foi precedido e sucedido por vários outros. Os vinte e cinco membros que compunham a União Européia em 2004 votaram a favor da resolução que condenava Israel pela construção do muro e pediam que o mesmo fosse removido. Entretanto, um mês depois da referida resolução, em agosto, a mesma União Européia abriu uma licitação para a construção de uma barreira de separação entre seus países e os da Europa Oriental, que na época não a integravam, e cuja população emigrava buscando trabalho nas economias mais desenvolvidas do continente.

A Índia construiu uma barreira de segurança na fronteira com o Paquistão, em 1989, numa região sujeita à disputa territorial (Jammu e Cachemira), onde qualquer iniciativa de alterar o *status quo* previamente a negociações havia sido expressamente proibida. Apesar disso, e alegando que mais de 40 mil pessoas haviam morrido em decorrência de atentados terroristas e represálias, o governo da Índia erigiu o muro de defesa.

No mesmo ano de 2002 em que começou a construção do muro em Israel, a Arábia Saudita ergueu uma cerca para prevenir o contrabando de armas e a infiltração de terroristas do Iêmen. A Turquia estabeleceu uma barreira,

protegida com minas, para impedir ataques sírios, na província fronteiriça de Hatay. A própria ONU optou pela mesma medida na ilha de Chipre, para garantir a separação entre as populações grega e turca, no âmbito do acordo de transferência graças ao qual o conflito foi solucionado. O Marrocos ergueu a sua barreira de defesa contra a Frente Polisário, respaldada pela Argélia, e também a protegeu com minas.

É desnecessário dizer que, assim como a União Européia, a ONU, a Índia, a Turquia, a Arábia Saudita e o Marrocos condenaram o muro de defesa de Israel.

A Inglaterra, que jamais poupou críticas à barreira israelense, separou as duas Irlandas, a católica e a protestante (incorporada à Grã-Bretanha), de maneira semelhante. Dessa forma foram divididos os 32 condados da ilha, decisão não aceita pelo Eire (Irlanda do Sul). Seguiu-se uma campanha terrorista que resultou em cerca de 4 mil mortes e sete vezes o número de feridos. O Ministro das Relações Exteriores, Jack Straw, declarou irrelevantes e temporárias as vantagens da cerca anti-terrorista construída por Israel, sem levar em consideração não somente o êxito alcançado em Chipre, na Índia, na Turquia e no Marrocos, mas as barreiras erguidas pelo seu próprio governo na Irlanda...

O muro inglês chegou a dividir bairros católicos e protestantes em Belfast, com paredões que atravessam quintais e, contrariamente às previsões feitas em relação a Israel, os ingleses parecem bem satisfeitos com a sua função anti-terrorista, destinada a impedir as ações do IRA (Exército Republicano Irlandês). De acordo com a costumeira tendência britânica a usar eufemismos, a barreira de Belfast recebeu o nome de "linha da paz". Talvez não seja apenas um eufemismo. Mas o que impediria então que os políticos ingleses empregassem a mesma expressão em relação à medida idêntica adotada por Israel?

Ocorre exatamente o contrário. A barreira israelense tem sido comparada com o muro de Berlim e usada para justificar a acusação de "apartheid".

Nesse sentido, trata-se de uma situação exemplar, que mostra até onde podem chegar a hipocrisia e a dissonância cognitiva quando combinadas.

O muro de Berlim destinava-se a impedir que os alemães residentes na parte oriental da cidade, governada por um regime comunista, passassem para o lado ocidental, cujas condições de vida eram consideradas muitíssimo mais favoráveis pelos cidadãos sujeitos à liderança de Walter Ulbricht.

Não consta, porém, que qualquer cidadão israelense, quer seja judeu, árabe, druso, circassiano ou beduíno, deseje viver sob o regime político oferecido pela

Autoridade Palestina. A afirmação oposta, porém, é totalmente verdadeira. Existe um movimento contínuo da população árabe da Cisjordânia (e também de Gaza, quando era possível), em direção a Israel, para trabalhar e usufruir de melhores condições de vida.

A motivação em questão inclui o acesso à cidadania plena, porque em Israel não há qualquer discriminação em relação às diversas etnias que compõem a respectiva população - educação, saúde, habitação, justiça e transporte são direitos inerentes a todos os membros da sociedade. O contrário pode ser dito das ditaduras árabes, onde não muçulmanos são submetidos à condição de "dhimmis" (cidadãos de segunda classe) e nas quais até as minorias islâmicas recebem tratamento desigual, consagrado por lei (sunitas são oprimidos no Irã e xiitas na Arábia Saudita, por exemplo). A discriminação não é apenas religiosa. Do ponto de vista político, acontece o mesmo: membros do Fatah são perseguidos em Gaza e militantes do Hamas na Cisjordânia. Se se quiser comparar o 'apartheid' sul-africano com as instituições e as leis vigentes no Oriente Médio, todos os países árabes e/ou muçulmanos oferecem excelentes exemplos de práticas semelhantes.

Não é preciso ser um juiz que prima pela isenção para perceber, sem qualquer dificuldade, que o discurso anti-sionista inverte totalmente a realidade quando procura associar Israel com regimes que se tornaram célebres por práticas desumanas. Às cada vez mais freqüentes comparações com o regime nazista, o muro de defesa presenteou em acréscimo os demonizadores de Israel com duas outras analogias igualmente absurdas, a associação com o regime comunista da Alemanha Oriental e com o regime racista que vigorou por décadas a fio na África do Sul.

Tais comparações, no entanto, são sumamente reveladoras, levando em conta que os seus autores situam-se ideologicamente no campo da esquerda. Tudo se passa como se os militantes auto-denominados socialistas projetassem em Israel os crimes dos governos comunistas que oprimiram as populações da Europa Oriental e da Ásia, quer na União Soviética, quer nos países em que o avanço do Exército Vermelho em 1945 foi instituindo regimes comunistas, quer na China, Vietnã, Coreia do Norte e Cambodja.

A essa estratégia de atribuir a Israel - de acordo com a milenar prática de usar o judeu como bode expiatório - as violações dos direitos humanos que caracterizaram a existência, passada e presente, dos regimes auto-denominados socialistas, soma-se o epíteto do colonialismo, associado ao racismo, cujo modelo é a África do Sul, bem como a comparação com as ditaduras da extrema direita, representadas pelo nazismo.

O partido nacional socialista alemão atribuía aos judeus, em simultaneidade, os crimes do capitalismo e do comunismo. O discurso anti-sionista acrescenta a

essa acusação, que confere ao povo do livro o dom da ubiqüidade ideológica, mais uma imputação, a de praticante anacrônico do colonialismo.

Já não é possível manter a menor dúvida acerca de que o Tribunal Internacional de Justiça de Haia e o Conselho de Direitos Humanos da ONU repetem, ponto por ponto, as decisões do judiciário alemão em setembro de 1935, que transformou os judeus do país em cidadãos de segunda classe, mediante as célebres Leis de Nuremberg, verdadeiro modelo do racismo legalmente amparado.

Similarmente, Israel foi transformado em país de segunda classe pela ONU. A resolução de 1975 equiparando sionismo a racismo constituiu o prelúdio da situação atual. A decisão do Tribunal Internacional de Justiça sediado em Haia com relação à barreira anti-terrorista construída por Israel, o relatório Goldstone e as resoluções do Conselho de Direitos Humanos são marcos que atestam o caráter absolutamente discriminatório dessa entidade.

A grande maioria dos 191 países que compõem a ONU é constituída por ditaduras. Parcela significativa dos países cujo regime não é ditatorial depende de petróleo ou de petrodólares, o que configura uma maioria automática anti-israelense. Os clientes dos exportadores de petróleo incluem a União Européia e a maioria das nações latino-americanas.

A condenação da barreira de proteção israelense se insere na estratégia de impedir todo e qualquer gesto de defesa por parte do estado judeu, e integra um conjunto de medidas respaldadas pelas resoluções do Conselho de Direitos Humanos e pelo relatório Goldstone.

Após quatro derrotas militares (1948, 1956, 1967 e 1973), as ditaduras do Oriente Médio decidiram entregar a milícias terroristas (Fatah, Hamas e Hezbollah) as fronteiras que antes pertenciam à Jordânia, ao Egito e ao Líbano. A esquerda, derrotada na guerra fria, aliou-se às tiranias árabe/muçulmanas do Oriente Médio, com as quais compartilha tanto as práticas policiais e belicistas típicas do stalinismo como o ódio às democracias liberais, estigmatizadas como "burguesas".

Todo e qualquer gesto de defesa de Israel é definido *apriori* como crime de guerra, toda e qualquer ação terrorista é caracterizada como resistência. Todo ataque a civis israelenses é ignorado, enquanto a morte de civis árabes, usados como escudos pelas milícias terroristas, é caracterizada como violação da convenção de Genebra.

A barreira de defesa atrapalha essa estratégia, já que impede o ataque direto a civis israelenses e diminui as incursões israelenses em áreas habitadas, deliberadamente utilizadas pelas milícias para aumentar o número de baixas da própria população que alega defender.

O terror recorre então a armas de longo alcance, como os *qassams* disparados desde Gaza pelo Hamas e os *katiushas* com que o Hezbollah bombardeou o norte de Israel. A mídia e as Ongs, declaradamente anti-israelenses, encarregam-se de "lavar" as campanhas terroristas, chamando-as de resistência, invertendo causa e efeito, enquanto os regimes autoritários, majoritários na ONU, cumprem a outra parte da tarefa, que consiste em condenar todas as ações de defesa empreendidas por Israel.

Na década de 30, os partidos de direita ecoaram as diretrizes nazistas em toda a Europa e boa parte da América Latina. Atualmente, o aparato político e sindical da esquerda tem constituído uma caixa de ressonância considerável, constantemente utilizada para difundir aos quatro ventos a mensagem da demonização de Israel. Poucos, na Alemanha, conseguiram opor-se ao racismo do regime contra os judeus. Poucos, atualmente, conseguem enfrentar a pressão para que adiram à demonização de Israel, considerada de bom tom, atitude quase obrigatória nos meios universitários, políticos e sindicais.

Quando a demonização de Israel deixar de fazer parte do presente para integrar-se à vastíssima história da ignomínia, da injustiça e da vergonha, algo previsível devido à urgência da mudança da matriz energética, aqueles que, como Richard Goldstone, se colocaram a serviço de ditaduras hediondas e de seus vassallos na ONU, serão julgados - se não pessoalmente, certamente como testemunhas do grau de abjeção a que se pode chegar quando a responsabilidade para com a verdade é abandonada.

A grande maioria daqueles que de uma forma ou outra participaram desse processo, como os jornalistas que preferiram obter vantagens pessoais em detrimento da ética profissional e a vasta maioria silenciosa que se calou em nome da conveniência, procurarão, como aconteceu com tantos cidadãos alemães que se beneficiaram do anti-semitismo entre 1933 e 1945, mimetizar-se dissimuladamente aos novos tempos.

www.franklingoldgrub.com